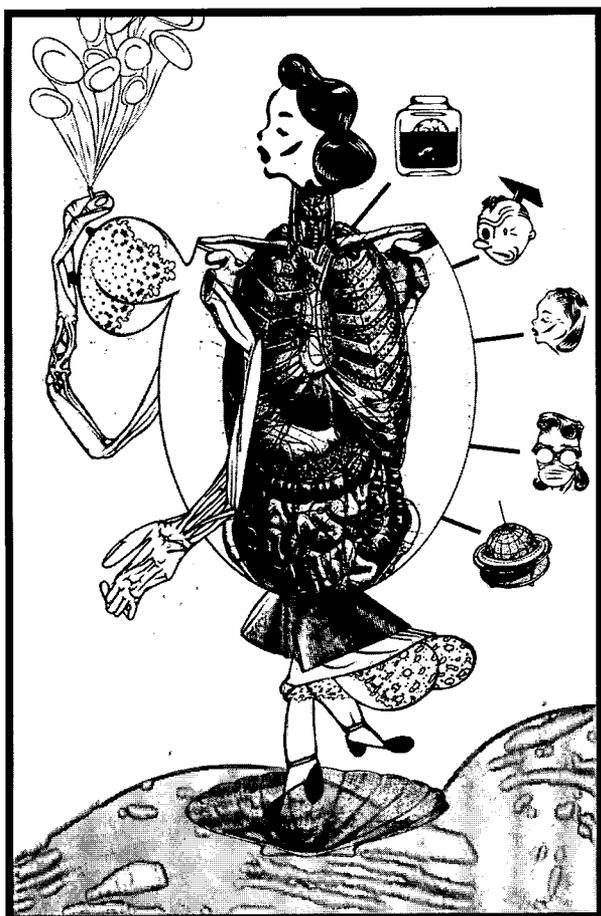




A Avaliação da Extensão: dos Documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores à Proposta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Sônia Regina Mendes*

Luciana M. C. Castro**



Resumo

Este artigo enfoca a avaliação como uma atividade recente no âmbito da universidade e da extensão universitária, ao mesmo tempo que, cada vez mais, é exigida pela sociedade atual. Apresentamos um breve histórico do debate sobre a avaliação presente nos documentos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e as principais características da avaliação da extensão no âmbito da UERJ. Ressalta-se também a necessidade de se construir um processo de avaliação que amplie as possibilidades de reflexão por todos aqueles que estão envolvidos na extensão universitária.

Palavras-Chave: Avaliação; Extensão Universitária; Universidade.

Introdução:

A avaliação vem suscitando um crescente interesse nas universidades. De um modo geral, as universidades vêm criando mecanismos institucionais, programas ou núcleos de avaliação que se incumbem de desenvolver projetos de avaliação institucional.

Para Santos (2000, p.216), a questão da avaliação da universidade acontece juntamente com a sua crise de hegemonia. Cada vez mais a universidade vem perdendo sua centralidade social, quer através da existência e convívio com

outras instituições que assumem as suas funções, quer pelo processo de descaracterização no qual se vê envolvida. Este processo envolve desde a pressão para a procura de recursos externos para proceder à continuidade de investigação aplicada em detrimento da pesquisa básica até os processos mais intensos de denúncia sobre o raro compromisso social da universidade.

*Prófa da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ e membro da Comissão de Assessoramento e Avaliação do Deptº de Extensão da Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ.

** Prófa do Instituto de Nutrição da UERJ e Coordenadora de Programas de Extensão do Deptº de Extensão da Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ.

Diante da crise hegemônica da universidade como centro de produção de conhecimentos científicos e de educação superior, a pressão pela avaliação do seu desempenho institucional está mais presente.

Ainda segundo Santos (2000, p. 216), na medida em que a universidade perde centralidade social torna-se mais fácil justificar a avaliação do seu desempenho. Observa-se mais recentemente o estabelecimento de mecanismos de avaliação externa tanto do ensino, através do “provão”, como da pesquisa pelas agências financiadoras. Tais avaliações externas têm provocado quase sempre uma posição defensiva na universidade, o que não a tem levado a assumir um papel mais ativo na definição de critérios e indicadores.

Para o autor, a pretensão hegemônica da universidade faz com que a idéia da avaliação seja olhada com estranheza e hostilidade, uma posição que a tem impedido de avançar no debate sobre o processo avaliativo.

Se é certo que a perda da hegemonia da universidade contribui para que as agências financiadoras justifiquem a necessidade imperiosa da avaliação, é também importante ponderar que numa sociedade democrática a exigência da avaliação não é menos certa, uma vez que é preciso que a universidade preste conta à sociedade dos fundos públicos que absorve.

Nessa perspectiva, o autor esclarece que a universidade só poderá resolver a crise institucional no qual está inserida se decidir enfrentar a exigência da avaliação, não só por meio de justificativas puramente tecnocráticas, mas pela visão política, que permite fortalecer a negociação dos termos da avaliação. Esse processo, que pressupõe coligações políticas no interior e no exterior da universidade, pode contribuir para a definição mais coletiva e participativa dos objetivos pelos quais deve ser avaliada.

É justamente com a preocupação de decidir sobre os critérios de avaliação pelos quais deseja ser avaliada, que a extensão universitária tem procurado construir sua trajetória no campo da avaliação universitária.

O processo de construção da avaliação tem procurado essencialmente manter um diálogo intenso com todos os participantes da comunidade acadêmica, bem como se valido de inúmeras re-

ferências advindas do campo teórico da avaliação de programas e projetos.

Esse artigo procura abordar a questão da avaliação na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e os pressupostos que vêm sendo discutidos na construção da avaliação da extensão universitária na UERJ.

A Questão da Avaliação da Extensão na Perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Dimensão Histórica

A referência à necessidade de avaliação das atividades de extensão aparece pela primeira vez, de forma pontual, no documento do I Encontro do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, em 1987, principalmente pensada como atribuição do órgão que congrega as ações de extensão das instituições de ensino superior (IES). Nos anos seguintes, este aspecto não foi citado nos documentos do Fórum. Em 1991, os documentos do encontro sugerem que a extensão deva ser submetida a um sistema de avaliação de modo análogo às demais atividades da universidade, incluída a participação de setores da comunidade externa, sem, contudo, formalizar as diretrizes e estratégias para tal. Em 1993, o tema do encontro foi a avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária. Os documentos produzidos, cujos princípios e parâmetros para a avaliação são relacionados com a função acadêmica e a função social da universidade, apresentam três níveis para a construção de indicadores, ou seja, “o compromisso institucional para a estruturação das atividades de extensão, o impacto das atividades e os processos, métodos e instrumentos da avaliação” (Nogueira, 2000, p. 57). Ao final, reafirmam a necessidade de avaliar o desenvolvimento das atividades de extensão e recomendam que as instituições integrantes do Fórum dêem início ao processo de avaliação. Em 1994, é reiterada a necessidade de implementar as recomendações contidas no documento de 1993, de modo a permitir o efetivo conhecimento da prática da extensão; porém, não se avança na construção de indicadores mais efetivos. Em 1997, o Encontro de Cuiabá, seguindo o encaminhamento

do VII encontro (1993), apresenta os indicadores mais consolidados, fruto das discussões nas IES por região geográfica e, somente em 1999, dando continuidade à proposta, é criado o Grupo de Trabalho (GT) Avaliação da Extensão Universitária que teve como tarefa elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão.

Ao final do ano de 2000, o Grupo de Trabalho conclui o documento “Avaliação Nacional da Extensão: pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos” (Justino et al, 2000). Este documento efetiva uma das metas estabelecidas no Plano Nacional de Extensão Universitária, ou seja, a “elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano” (Plano Nacional de Extensão Universitária, p. 48).

O documento parte do pressuposto de que avaliar a universidade é um processo complexo, mas, ao mesmo tempo, essencial como instrumento de auto-conhecimento e de indicação de caminhos que orientem a instituição no cumprimento de sua missão social.

Assim, considera a avaliação institucional como um processo que deve estar incorporada à vida universitária fazendo parte da rotina acadêmica. A avaliação deve ser um processo contínuo, que busque nortear as políticas institucionais, identificar distorções para corrigi-las e democratizar informações.

O documento também defende a idéia de que o processo de avaliação, no contexto da autonomia universitária, seja implementado em qualquer universidade de acordo com sua realidade e metodologias próprias.

Sob essa perspectiva, o documento entende que a avaliação da extensão deve estar inserida na avaliação institucional das IES, integrada com as demais áreas do fazer acadêmico. Deve ser gestada pela instituição e fomentada pelas pró-reitorias ou órgãos similares, envolvendo os departamentos e unidades acadêmicas, em estreita correlação com a missão e o projeto pedagógico da instituição.

Entre os pressupostos apresentados, destaca-se que a avaliação deve demonstrar a qualidade do que se produz na extensão, abranger to-

das as ações : programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviço; e ser, qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade.

O objetivo central do documento é fornecer elementos para o processo de construção de uma metodologia de avaliação da extensão pela universidades, identificando entre os indicadores apresentados aqueles que poderão gerar uma proposta de investigação e análise da extensão.

Para avaliar o contexto, os objetivos, as atividades e os efeitos da extensão na universidade, foi considerado importante investigar aspectos norteadores do plano pedagógico institucional, principalmente os relacionados à política, à infraestrutura e à relação entre universidade e sociedade. Tais dimensões foram selecionadas principalmente por conterem elementos significativos sobre a institucionalização da extensão e por reunirem fatores passíveis de serem avaliados.

Dessa forma, o documento propõe que a avaliação da extensão ocorra nas seguintes dimensões: política de gestão, infra-estrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica.

A política de gestão contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da universidade incorpora a função extensionista.

A dimensão infra-estrutura informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.

A relação universidade-sociedade revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage com a sociedade no sentido de transformações recíprocas.

O plano acadêmico analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e alunos).

A produção acadêmica trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.

Por meio da análise dessas dimensões, levando-se em conta as peculiaridades de cada instituição, o GT acredita que seja possível elaborar uma avaliação que traga para a universidade o debate sobre a sua missão institucional, o seu papel na reconstrução do espaço social, suas necessidades e prioridades.

Apesar do esforço do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão em organizar e institucionalizar as ações extensionistas, o que se nota é a falta de uma investigação e reflexão mais consistente das práticas, tanto pelos gestores locais, quanto pelos executores. Somente agora em 2000, com a elaboração do documento contendo os pressupostos e os indicadores para a avaliação da extensão universitária, inicia-se a implementação do sistema de avaliação das ações no nível nacional, sendo que poucas são as universidades que possuem esta atividade mais sistematizada.

Na UERJ a situação não é muito diferente; apesar dos esforços e de tentativas de se avaliar os projetos desde 1995, o sistema de avaliação ainda não foi implementado na sua totalidade. Mesmo com os avanços alcançados nos últimos anos é difícil detectar os impactos dos projetos frente a todos os objetivos traçados pela extensão, principalmente aqueles referentes à contribuição para formulação de políticas públicas, frente a suas próprias metas e sobre sua inserção na agenda das políticas locais.

A UERJ e sua Proposta de Avaliação

A UERJ com o propósito de consolidar uma proposta de avaliação da extensão que amplie o conhecimento sobre a extensão que se faz, confira visibilidade a ela, valorize suas conquistas e avanços, principalmente, em função dos objetivos traçados para a extensão, vem desde 1997 dando passos significativos nessa direção.

Os primeiros debates estiveram centrados no exame das questões ligadas aos entendimentos que se têm na atualidade sobre extensão universitária, sua função na universidade e por quais atividades se expressa.

Ao longo desses últimos anos, o debate se intensificou trazendo questões e posicionamentos que muito contribuíram para o avanço do tema, de forma tal que a avaliação da extensão se con-

solida também como espaço importante de discussão do projeto da universidade.

Uma das finalidades mais significativas ao se buscar construir a avaliação foi possibilitar que ela seja útil à comunidade acadêmica, fornecendo informações importantes sobre as atividades de extensão, que seja conduzida de forma ética e que possa ser realizada de modo prático e viável.

Exatamente sob esses princípios – utilidade, postura ética e viabilidade – é que procuramos nortear a realização do projeto de avaliação que possa ajudar a responder:

- As atividades da extensão universitária têm podido construir de fato uma sociedade melhor?
- Que conceitos, concepções e práticas podem ser intensificados? Que modificações devem ser introduzidas?
- Em que medida programas e projetos se aproximam dos objetivos da extensão na UERJ?
- Quais os resultados obtidos pelos programas/projetos desenvolvidos na universidade? Esses resultados são os mais desejáveis?
- Que programas/projetos devem ser incentivados? Quais deverão ser redimensionados?
- Até que ponto as atividades extensionistas repercutem no processo formativo dos alunos? Na dinâmica de organização e funcionamento dos cursos? Na constituição da autonomia econômica e social das populações envolvidas? Até que ponto os programas / projetos propiciam mudanças ou transformações nos seus participantes?

Mas, a quem caberia avaliar a extensão na universidade? Ela seria atribuição exclusiva da Sub-reitoria? Do Departamento de Extensão (DEPEXT)? Dos Núcleos de Extensão presentes nas unidades acadêmicas? Dos conselhos e colegiados? Dos coordenadores de projetos? Dos seus usuários, beneficiários?

Diante dos propósitos pensados para a avaliação da extensão, consideramos primordial que a avaliação seja pensada como atividade não só a cargo da Sub-reitoria, para se evitar a concentração de poder, mas também dos núcleos, dos departamentos das unidades acadêmicas, dos pró-

prios coordenadores de programas e projetos e do seu público-alvo. Cada vez mais, esperamos que a avaliação, que se iniciou de forma aberta, participativa, seja uma atitude incorporada por todos aqueles envolvidos na extensão, uma vez que se reveste de inúmeras possibilidades de reflexão.

Um aspecto importante nesse percurso foi conceber uma proposta de avaliação na UERJ atrelada às diretrizes gerais da política nacional definidas para a extensão através do Fórum Nacional e das diretrizes da Extensão Universitária da UERJ¹. Assim, as linhas básicas do Fórum Nacional de Extensão Universitária passaram a constituir-se como parâmetros significativos para a avaliação da extensão na UERJ.

De forma a tornar viável a realização da extensão, ela foi concebida para incorrer sobre três momentos:

- a avaliação das atividades extensionistas no momento de sua proposição, em que se avalia a identidade com a natureza extensionista, a relevância social, econômica e política dos problemas abordados (as necessidades que a atividade espera responder), a relevância acadêmica, ou seja, as possibilidades proclamadas de articulação com a pesquisa e o ensino, os segmentos sociais envolvidos, a interação com órgãos públicos e privados; a disponibilidade de recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, os procedimentos que serão adotados – incluindo a promoção de mecanismos de avaliação; e, por último, suas possibilidades de concretização.
- a avaliação da implementação das atividades extensionistas da extensão universitária na universidade, onde se procura detectar as dificuldades encontradas, a gestão dos coordenadores sobre o projeto, as articulações desenvolvidas com o ensino e a pesquisa, e as novas possibilidades de interação com os órgãos públicos e privados e outros segmentos organizados sociais envolvidos
- a avaliação dos efeitos/resultados – onde se avalia em que medida a atividade alcança seus resultados, quais foram os seus efeitos previstos e não-previstos.

Os três aspectos da avaliação se interligam, não se pode privilegiar um olhar sobre cada um deles sem considerar as relações estabelecidas com os demais. Avaliar cada um deles representa um determinado esforço, tempo e custo, cada um pressupõe uma série de implicações tanto de ordem conceitual como operacional, o que pressupõe em sistematicamente elaborar e rever procedimentos e instrumentos de coleta de dados e, até mesmo, os critérios elaborados.

Quanto à seleção das estratégias metodológicas e dos procedimentos técnicos que vão ser utilizados na coleta de dados, aos tipos de dados que serão privilegiados, às informações necessárias para a avaliação e às fontes informativas disponíveis foram organizadas as seguintes etapas:

- a avaliação inicial que ocorre na ocasião do cadastramento da atividade na extensão;
- a avaliação da implementação do projeto que ocorre através de visitas, por meio de entrevistas, a partir da Mostra de Extensão, e através de relatórios;
- avaliação dos efeitos/resultados das atividades extensionistas, que ocorre através da análise dos relatórios apresentados ao final do ano letivo, ou quando do encerramento da atividade.

De modo a propiciar que a avaliação das atividades extensionistas constitua-se num processo de reflexão crítica sobre os fatores que intervêm no seu desenvolvimento, com o fim de determinar suas conquistas, os procedimentos, estratégias e instrumentos se valerão da participação ampla de todos: direção, coordenadores de núcleo de extensão e coordenadores das atividades.

A avaliação inicial de cada atividade proposta deverá ocorrer dentro das próprias unidades acadêmicas nos departamentos e órgãos colegiados e no Conselho Departamental e de forma que a proposta seja aprovada. Ao ser encaminhada ao DEPEXT, a Comissão de Avaliação e Assessoramento designará um avaliador que apreciará a proposta.

Com relação à implementação do projeto, o processo de avaliação deverá incidir sobre o modo como vem sendo executada a atividade para se identificarem e promoverem ações necessárias para o plano traçado. A avaliação nessa etapa do

projeto busca encorajar a realização das propostas e favorecer a troca de experiências entre atividades realizadas na mesma área temática.

A avaliação ao longo do projeto se constitui como sistema de ação que busca apoiar, orientar e reordenar as atividades.

A avaliação realizada tanto durante a implementação do projeto como no momento de conclusão tem a pretensão de comparar os objetivos elaborados, que orientaram a ação, com a realidade.

O processo de avaliação que vem sendo implementado adota a forma mista de expressão de seus resultados de acordo com as circunstâncias que cercam toda a tarefa, utilizando-se de:

- análises qualitativas – basicamente atreladas à leitura e reflexão de documentos: proposta do projeto, relatórios parciais e finais e entrevistas com coordenadores dos projetos.
- análises quantitativas – que se valem de instrumentos elaborados com o propósito de favorecer uma reflexão sobre as atividades de extensão realizadas na universidade diante de algumas unidades de análise, além de estabelecer a possibilidade de aferir graus de acordo com critérios previamente estabelecidos.

A análise e interpretação de todos esses dados pode estabelecer, em alguns momentos, uma classificação provisória e elementar dos programas e projetos existentes na universidade. Tal processo contribui para a tomada de decisões no que tange especialmente à alocação de bolsas para alunos que participam das atividades em extensão universitária. A organização de procedimentos que visem a classificar os projetos mediante a atribuição de conceitos não se tornará a finalidade primordial de todo o trabalho desenvolvido.

Na proposta de avaliação que vem se consolidando na UERJ, é preciso clarificar que todos aqueles que participam da extensão, através de inúmeras propostas de atividades, usufruem de grande liberdade para criar, ao mesmo tempo em que precisam estar cientes da necessidade de prestar contas das suas conquistas e seus resultados para uma extensão pronta a incentivar, valorizar e rever o projeto de universidade que estamos todos construindo.

Notas:

1- As Diretrizes da Extensão ressaltam que as atividades devem dar especial atenção às oportunidades que oferecem aos estudantes, professores e técnicos para ação e reflexão em torno de questões da área de estudo a que se dedicam; estabelecer prioridades de acesso à Universidade aos grupos dela excluídos; propiciar a transferência de tecnologia, produção e difusão do saber; contribuir na formulação e avaliação de políticas públicas. In: Lazaro, A. *Marcos para a discussão da política de extensão na UERJ*, gestão 2000-2003. Out 2000, mimeo.

Referências Bibliográficas:

- JUSTINO, M. J. et. al. *Avaliação da Extensão Universitária: pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos*. [s.l.: s.n.], 2000. Disponível em <<http://www.renex.org.br>>.
- NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Documentos Básicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 196p.
- Plano Nacional de Extensão Universitária. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; Ilhéus: Editus, 2001. 65p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 348p.

Abstract:

This article focuses on the process of evaluation as an activity recently inserted in the university sphere, and which is increasingly demanded by modern societies. We will present a brief report of the debate on evaluation included in the documents of the National Forum of Deans for Extension Programs at Brazilian Public Universities, as well as the main characteristics of extension program evaluations at UERJ. We also emphasize the need to elaborate an evaluation process that creates more opportunities for reflection and consideration by those who are involved with university extension programs.

Keywords: Evaluation; University; Extension Activities.